



1)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO – UNIVS
BACHARELADO EM DIREITO**

FRANCISCO EDILBERTO DE LIMA

**AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE BASEADA NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO ICÓ.**

FRANCISCO EDILBERTO DE LIMA

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE BASEADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO ICÓ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito, do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS) como requisito para obtenção do título de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Erika de Sá Marinho.

FRANCISCO EDILBERTO DE LIMA

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE BASEADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO ICÓ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS) como requisito para obtenção do título de bacharel em Direito, sob a orientação do(a) Professor(a) Erika de Sá Marinho Albuquerque

Aprovado(a): ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Dra. Érika de Sá Marinho Albuquerque
Orientador

Prof^a. Me. Maria Beatriz Sousa de Carvalho
Avaliador 1

Prof^o. Me. Joseph Ragner Anacleto Fernandes Dantas
Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Meus pais, contribuíram na minha formação como pessoa;

Meus filhos, me deram ânimo nas horas que mais precisei;

Minha Orientadora, me guiou até a conclusão deste trabalho;

Minha irmã, pelos conselhos de incentivo;

Minha esposa, por estar comigo em todos os momentos;

Aos meus tios, padrinhos e madrinhas, pelas palavras de conforto.

Agradeço ainda aos meus amigos e familiares que ao longo desta etapa me encorajaram e me apoiaram, fazendo com que esta fosse uma das melhores fases da minha vida.

DEDICATÓRIA

Começo por dedicar a Deus por, ao longo deste processo complicado e desgastante, me ter feito ver o caminho, nos momentos em que pensei em desistir.

Não posso deixar de agradecer e dedicar a esta universidade por ser um espaço que privilegia o conhecimento e onde todas as ideias são bem recebidas.

Deixo também um agradecimento e dedico especial aos meus professores, pois sem eles este tcc não teria sido possível.

Dedico a meus pais que sempre mim deram apoio para chegar aqui

A minha esposa e meus filhos que nunca mim deixaram sozinho.

Dedico também a minha orientadora que sempre esteve ali, em todos meus passos nesse trabalho.

Aos meus sogros e meus padrinhos e tios que sempre mim ajudaram com seus conselhos.

Texto

texto da Epígrafe.
(AUTOR, ANO)

TÍTULO DA PESQUISA

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE BASEADA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO ICÓ.

FRANCISCO EDILBERTO LIMA(a)¹
ERIKA DE SÁ MARINHO ALBUQUERQUE²

RESUMO

O presente trabalho apresentou como objetivo principal conhecer o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (Autistas) no ensino regular. Percebeu-se inicialmente a necessidade de promover a composição de um conhecimento científico acerca do tema, a partir do método de análise e com base em dados. O trabalho foi desenvolvido no município de Icó, o qual possui alunos com TEA matriculados na rede municipal de ensino. Utilizou-se um roteiro estruturado na coleta de dados através do NASPE (Núcleo de Assistência Social Psicopedagógico Educacional). Os resultados mostraram que o processo de inclusão de alunos com autismo encontra-se em processo de evolução em todo o município. Os dados revelam que a inclusão amplia a autonomia, a interdisciplinaridade e a multiplicidade na construção do conhecimento dos alunos. As políticas de inclusão são elaboradas e efetivadas pelas instituições no qual possuem todo um apoio e um planejamento para que possam garantir os direitos dos alunos especiais. A pesquisa desvendou que a adaptação dos referidos alunos depende em grande parte das adaptações da infraestrutura, dos recursos dos materiais didáticos, do comportamento e aceitação da comunidade escolar para com esses alunos, tornando o ambiente apto para acolhê-los. Vale ressaltar ainda, que são indispensáveis alterações no planejamento, nos objetivos, nas atividades e formas de avaliação, além da adoção de métodos lúdicos para facilitar a compreensão dos conteúdos. Assim, tais revelações nos permite concluir que apesar dos desafios, a inclusão nas escolas pesquisadas abriu-se a percepção de que todos são de fundamental importância nesse processo de inclusão.

Palavras-Chave: Inclusão. Ensino Municipal de Ensino. Educação Especial para Autistas. Supervisão Pedagógica e Aceitação do Ambiente Escolar.

ABSTRACT

The present work presented as main objective to know the process of inclusion of students with special educational needs (Autistic) in regular education. It is initially noted the need to promote the composition of scientific knowledge on the subject, based on the method of analysis and based on data. The work was carried out in the municipality of Icó, which has students with TEA disabilities enrolled in the regular network. A structured script was used to collect data through the NASP. The results showed that the process of inclusion of students with autism is still being consolidated throughout the city. The data reveal that inclusion leads to increased autonomy, interdisciplinarity and multiplicity in the construction of knowledge. Inclusion policies are elaborated and carried out by the institutions and have all the support and planning so that they can guarantee the rights of special students. The research revealed

¹ Graduando em ..., pelo email@gmail.com.

² Especialista em ... pelo professor@gmail.com.

that the adaptation of special students largely depends on the adaptations of the infrastructure, material and didactic resources, the behavior and acceptance of the school community towards these students, making the environment suitable for welcoming them. It is also worth mentioning that changes in planning, objectives, activities and forms of evaluation are indispensable, in addition to the adoption of playful methods to facilitate the understanding of the contents, the data allow us to conclude that despite the challenges, inclusion in the researched school opened the perception of all to the value and importance of diversity as a source of mutual development and respect for differences.

Keywords: Inclusion. Regular education. Special Education for Autistics. Pedagogical supervision and acceptance of the school environment.

1 INTRODUÇÃO

Progressivamente as políticas públicas nos ambientes educacionais objetivam levar aos alunos portadores de TEA (autismo) uma educação de qualidade, algo que vem se tornando cada vez mais debatido e exigido pelos pais junto ao poder público.

Cerca de 70% das crianças autistas apresentam um grau de atraso mental e na linguagem, enquanto 30% apresentam uma inteligência acima da média, geralmente focada em algo específico, de seu interesse (ANJOS et al., 2017).

Perante o atual cenário no qual vivemos com todo o distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19, a aproximação virtual tornou-se mais complexa, tendo em vista que os professores tem uma grande necessidade de atuação no ensino especializado. Quando refere-se a inclusão da criança com autismo no ensino tradicional da rede pública municipal deve-se avaliar o professor e todo o ambiente. Além das particularidades comportamentais, as crianças com autismo também podem apresentar uma diversidade de alterações motoras logo nos primeiros anos da infância, como alterações no equilíbrio, na marcha e na destreza manual (ANJOS et al., 2017).

No mundo em que vivemos, as transformações são contínuas, a educação é uma ferramenta mediadora das relações estabelecidas entre o ser humano e a sociedade. Como, método social, não está separada de outros meios que permeiam igualmente o processo de interação humana, sobretudo diante de uma pandemia na qual a inclusão e métodos de ensino não podem parar. Portanto faz-se necessário uma análise detalhada do processo de introdução de alunos no ensino regular através de políticas públicas durante tempos pandêmicos, em especial na do COVID-19, voltando-se também o nosso olhar para os professores que precisam desenvolver todo seu potencial para obter êxito nesse processo.

Políticas públicas nas escolas são essenciais na formação cultural, social e econômica dos portadores de TEA, mas que atualmente (em tempos pandêmicos) tais políticas se fazem mais necessárias para que possam impactar positivamente na inclusão no ensino regular dos referidos alunos.

A compreensão do outro, bem como, o amor de quem transmite seus conhecimentos são fortes fatores para formação estudantil, evidenciando que isso inserido no ambiente educacional dentro dos parâmetros legais será um elo fortíssimo para garantir à inclusão dos alunos na escola regular. Contudo, preparar-se para a vida passa pelo trânsito escolar, exigindo-se não apenas esforço do docente, mas que sejam criadas estratégias pelo poder público, a fim de tornar o professor preparado para transmitir de forma clara, suscinta e objetivas seus conhecimentos.

A dificuldade em mudar a forma de engajar o aluno com Autismo no atual modelo de ensino, visando e priorizando a preparação deste para o futuro através do ambiente educacional, exige métodos inovadores em que o papel do orientador seja o de contribuir para a formação e desenvolvimento humano.

Considerando a necessidade de integração no ensino regular dos alunos portadores de autismo durante a pandemia, as políticas públicas implementadas pelo Município do Icó dentro do processo de inclusão dos autistas na escola durante a pandemia.

Analisar as políticas públicas implementadas no município do Icó no âmbito da rede pública dentro do processo de inclusão dos autistas nas escolas durante a pandemia.

Nos levou também a verificar quais as políticas públicas inovadoras ofertadas pelo município de Icó na rede regular de ensino público municipal durante a pandemia para deixar o professor pronto para transmitir de maneira eficiente as metodologias de inclusão dos alunos com autismo. Para identificar quais as metodologias utilizadas pelos orientadores para facilitar a aprendizagem com a referida deficiência. Verificando os resultados obtidos pelas supracitadas políticas públicas implementadas pelo município de Icó.

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988 diz que “o dever do estado com a educação será garantido mediante educação gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, dessa forma foi sancionada a Lei 9.394/96 criando “As Diretrizes e Bases de Educação Nacional” que garante em seu artigo 4º. Inciso I, que é dever do Estado através de cooperação com municípios efetivar a educação escolar pública com atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e

modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, deste modo surge a necessidade de se fazer uma análise sobre as dificuldades enfrentadas pelos educadores no município de Icó em transmitir seus conhecimentos para tais alunos durante a pandemia.

Devido a necessidade em ter dados concretos sobre o autismo no país, para a partir de então traçar metas precisas visando facilitar o processo de inclusão dos mesmos em todas as áreas, inclusive no ensino regular, em 2019 o presidente da república, Jair Bolsonaro, sancionou a Lei 13.861/2019, que tornou obrigatório o IBGE incluir os portadores de TEA em seus censos.

Portanto, frente à preocupação com o envolvimento no ensino regular dos referidos alunos, no presente artigo irei verificar quais foram as políticas públicas de inclusão implementadas pelo município de Icó na rede regular de ensino público durante a pandemia e se a mesma vem obtendo êxito em seu processo de desenvolvimento.

2. O AUTISMO

O termo autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança.

Entende-se que não existe uma única definição do autismo. É diagnosticado como um transtorno que causa complicações no processo de desenvolvimento da criança, ocasionando graves dificuldades no que diz respeito a socialização, interação, modo de agir e pensar, manifestando-se em média até o terceiro ano de vida da criança, com maior prevalência ao sexo masculino, o número de meninas que desenvolvem o transtorno é reduzido levando-se em comparação ao sexo oposto. Destacam-se como características o isolamento, a dificuldade na comunicação, alterações na linguagem e complicações comportamentais.

O autismo é “uma condição neurológica, marcada por dificuldades no desenvolvimento da linguagem, nos processos de comunicação, na interação e no comportamento social” (MOLINA et al., 2017, p. 3). A execução repetitiva de movimentos, a rejeição a mudanças na rotina, a falta de interesse para interagir com o ambiente, hipo ou hipersensibilidade a sons, iluminação, cores e texturas, e o não estabelecimento de contato visual também são algumas das características que podem ser observadas em pessoas autistas (KLIN, ON-LINE).

O TEA se manifesta em seu processo de desenvolvimento agravando e gerando outros problemas emocionais, levando ao seu portador diversas vezes ao acometimento de transtornos depressivos, epilepsia e grau elevado de hiperatividade. O aumento dos níveis dessas adversidades podem ser leves ou consideravelmente elevados afetando potencialmente o indivíduo.

O surgimento do termo transtorno de espectro autista (TEA), surgiu por meio de estudos de M. Rutter e D. Cohen, tornando-o visto, analisado e até mesmo entendido como “um leque de transtornos qualitativos de variações ligadas no desenvolvimento humano, diferenciado da psicose infantil” (Belisário Filho, 2010, p. 12).

Em 27 de dezembro de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dentre vários tópicos relevantes um deles diz respeito ao fato de se considerar o portador com TEA como pessoa deficiente para todos os efeitos legais - Art. 1º, § 2º (Brasil, 2012).

Embora estejamos vivenciando a maior crise de saúde que esta geração já viu, o TEA não pode e nem deve ser negligenciado, pelo contrário o incentivo na criação de políticas públicas e aperfeiçoamento das ferramentas e métodos de inclusão precisam ser intensificadas e potencializadas no ambiente educacional.

2.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PROCESSO EDUCACIONAL ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Acredita-se que por meio da interação social e práticas de trabalho coletivo é possível intervir no processo de aprendizagem, tomando por base tudo aquilo que a educação representa como mecanismo de transformação social.

Para que esse desenvolvimento aconteça se faz necessário que o município crie políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com transtornos de autismo e aplique-as no ambiente escolar através do professor, com a finalidade de suprir as dificuldades que se apresentam em cada indivíduo com deficiência (em especial os portadores de autismo).

O ato de incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser visto como um mero ato, mas como algo que seja levado a sério no ambiente educacional, voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos, tratando-se assim de um processo social complexo que resulta de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos (diretamente ou indiretamente) com o processo de ensino-aprendizagem (Benitez & Domeniconi, 2015).

O termo inclusão, articula-se aos direitos humanos e democráticos, sob influências locais, globais, ideológicas, econômicas, sociais e culturais (Nozu, Bruno, & Cabral, 2018). Em termos históricos, verifica-se a luta das pessoas com deficiências e seus familiares pelos seus direitos em nível mundial através das diferentes convenções e declarações. No Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988), já postula em seu artigo 208, o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, a partir da criação de tais políticas públicas, a escola cria o compromisso do atendimento à diversidade humana. Desta forma, é preciso adaptar-se às necessidades individuais de seus alunos e, não excluir aqueles julgados como “diferentes”, o que reflete no ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais estabelecidas no contexto escolar. Essa mudança paradigmática, por sua vez, ocasiona a construção e desconstrução de crenças acerca das deficiências e suas impossibilidades.

Também trará benefícios para classe acadêmica, visto que a presente pesquisa será uma contribuição para incentivar o desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo o tema de estudo.

A pesquisa aqui realizada trará valorosa ajuda para a sociedade, pois trará esclarecimentos sobre eventuais dúvidas sobre o tema estudado, bem como terá ferramentas para cobrar do poder público maior empenho na realização de projetos em benefício dos portadores de TEA.

A pesquisa originou-se com base em dados gerados pelo núcleo de assistência social psicopedagógico (NASPE) do município de Icó, bem como numa análise detalhada das políticas públicas para autistas implementadas durante a pandemia do COVID-19 no ambiente escolar da rede pública municipal de ensino da Sede, distrito de Lima Campos, Icozinho, São Vicente, Santa Cruz da Serra, Cruzeirinho, Sede Rural e Perímetro Irrigado, que trouxeram uma ampla compreensão do tema estudado.

TABELA DE LEVANTAMENTO DE LAUDOS DE AUTISTAS NA REDE REGULAR DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL POR CENTRO EDUCACIONAL, FORNECIDA PELO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO NASPE.



NOME DA ESCOLA	DISTRITO	NÚMERO DE PORTADORES DE TEA
E.M ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO	SÃO VICENTE	01
E.M MARIA BEZERRA NUNES	SÃO VICENTE	02
E.M MUNICIPAL JOSÉ ADELAIDE DE CARVALHO	SANTA CRUZ DA SERRA	01
E.M MANOEL NUNES DE SOUSA	SANTA CRUZ DA SERRA	01
E.M MANUEL PORFÍRIO DE LIMA	SANTA CRUZ DA SERRA	02
E.M JOAQUIM MARTINS DO NASCIMENTO	CRUZEIRINHO	01
E.M. JOÃO XXII	LIMA CAMPOS	01
E.M. SEBASTIÃO DE ABREU	PERÍMETRO IRRIGADO	01
E.M. SÃO JOÃO	SEDE RURAL	02
E.M. VICENTE CHAGAS MOTA	SEDE RURAL	02
E. M LUIZ FERREIRA VIANA	SEDE RURAL	01
E.M. JOÃO CHAGAS MOTA	SEDE RURAL	01
E.M BERNARDINO PEREIRA	ICOZINHO	02
E.M. ANTONIO CIRILO BATISTA	ICOZINHO	02
E.M.MANOEL DA SILVA	ICOZINHO	04
E.M SANTA MARIA	ICOZINHO	01
E.M. JOSÉ WALFRIDO MONTEIRO	ICOZINHO	01
C.E.I BEM ME QUER	CENTRO	01
C.E.I PEQUENO CIDADÃO	CENTRO	01
E.M LOURDES COSTA	CENTRO	01
E.M MANUEL ANTÔNIO NUNES NETO	CENTRO	01
E.M JOÃO RAIMUNDO MOTA	CENTRO	01
E.M CONSELHEIRO ARAÚJO	CENTRO	01
E.M JOÃO ALEXANDRE DOS SANTOS	CENTRO	01
TOTAL: 33		
Responsáveis pelas informações: CÉSAR HOLANDA FERREIRA (PSICOPEDAGOGO, GERENTE DO NASPE); BRUNA ALVES DOS SANTOS (PSICÓLOGA); KATHELYN AMARO DUARTE (PSICÓLOGA); MAYRLLA BATISTA DE LIMA BANDEIRA (ASSISTENTE SOCIAL); ARLENE CORREIA SANTOS (PSICOPEDAGOGA) E ANA PAULA RICARTE (VERIFICADORA DO BUSCA ATIVA).		

Nesse sentido, entende-se que o ambiente escolar é o responsável por acomodar a pluralidade de pensamentos e modos de agir que se apresenta nos dias atuais. O docente é fundamental nesse processo de inclusão dos seus discentes, de modo que a equidade deve prevalecer em todos os níveis comportamentais que possam coexistir.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS USADAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

Pode-se notar o grande número de autistas em dias atuais no ensino regular. Estudos e dados mostram que a intervenção educacional trouxe benefícios positivos e gerou desenvolvimento das crianças acompanhadas. Porém, para que realmente esses alunos possam ter um desenvolvimento e uma inclusão feita de forma conciente a escola e os envolvidos precisam estar preparados para lidar em ambiente escolar com esses alunos de forma inclusiva e não excluí-los dos demais e que possa garantir um atendimento onde haja o respeito as suas individualidades de modo que lhes traga um desenvolvimento positivo e um ensino de qualidade.

Segundo Cunha, em consonância com a lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana) o autismo se caracteriza como:

[...] uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal, reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamento da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos. (CUNHA, 2017, p.20)

Deve-se garantir que os alunos autistas não sejam apenas matriculados, mais que eles possam de fato gozar dos direitos e de um ambiente escolar onde venham aprender e possam conviver socialmente sem o preconceito da exclusão social. É notório que os professores são a principal porta para que essa socialização seja possível e que a criança portadora de autismo seja adequada aos métodos pedagógicos usados para um ensino de qualidade onde possa atender a todos. O PROFESSOR É O PRINCIPAL PARTICIPANTE DIANTE DESSA INCLUSÃO é ele quem recebe e estabelece o primeiro contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, dessa forma é do professor o desafio de efetivar juntamente com os demais profissionais o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar estratégias de desenvolvimento que atenda as necessidades de todos os alunos.

2.4 ANÁLISES E DISCUSSÃO

O método de estudo foi a partir de uma análise minuciosa de dados e relatórios coletados dos centros educacionais da rede de ensino público municipal e enviados pela

secretaria municipal de educação ao ministério da educação do último censo escolar (2021), assim permitindo haver domínio do assunto falado e embasado nesse artigo.

Os dados obtidos para essa pesquisa foram fundamentados após coleta junto ao poder público municipal ao qual fala o tema abordado nesse trabalho.

Em dias atuais o município tem buscado atender e incluir todos os portadores de alguma deficiência seja ela física ou intelectual. No caso do autismo pode-se classificar como uma deficiência intelectual que vem sendo bastante discutida e estudada no ambiente escolar tradicional.

A pesquisa terá como base: dados coletados no núcleo de assistência social psicopedagógico (NASPE) da secretaria municipal de educação de Icó (tais dados são feitos através de diagnóstico feito pela equipe de profissionais acima descritos na tabela de laudos realizado dentro dos centros educacionais e enviados anualmente ao ministério da educação através do censo educacional), bem como nas fontes doutrinárias, artigos e monografias publicadas em revistas utilizadas no presente artigo.

Será realizado a análise dos dados (relatórios) que a equipe técnica do NASPE realiza dentro dos centros educacionais da rede público municipal de Icó (núcleo da secretaria municipal de educação responsável por criar, acompanhar, corrigir falhas e gerenciar as políticas públicas voltadas para deficientes), checando a quantidade e a idade dos alunos portadores de TEA contemplados, como também quais os métodos utilizados pelos professores nas aulas e a quantidade de políticas públicas implementadas durante a pandemia em andamento.

A pesquisa é vista como bibliográfica feita somente a partir de estudos por dados do NASPE, o mesmo fez uso de ferramentas como: livros, artigos e dados do município concretizando assim método bibliográficos. severino (2016), exemplifica o que é a pesquisa bibliográfica

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se dados ou de textos categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2016, p.131)

A pesquisa trará benefício de ordem social, ao passo que o objetivo é a inclusão dos alunos da rede municipal de ensino de Icó que são portadores de transtorno de espectro de autismo, sendo possível a partir desse estudo identificar as falhas nas políticas públicas adotadas, propondo meios de corrigi-las, o que também será objeto de discussão no nosso

estudo, podendo assim o poder público municipal tomar iniciativa de elaborar uma lei que garanta sua efetivação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES

A pesquisa tem como resultado principal, propostas de retificação nas atuais políticas públicas implementadas na rede municipal de ensino de Icó para alunos portadores de autismo.

Quanto aos resultados podemos afirmar que para o sucesso de tais políticas públicas implementadas na rede municipal de ensino de Icó, no que diz respeito aos alunos portadores de autismo, é necessário um regular acompanhamento e eficiente gerenciamento dessas políticas pelos profissionais do NASPE junto aos professores, visando o melhoramento nos índices de aprendizado pelos seus beneficiários.

A fundamentação teórica nos levou a observar que a mesma tornou-se fonte de dados, mais em dispositivos legais e em bibliografias que são de suma importância para todo o suporte teórico e para a definição desse estudo como qualitativo. Tendo sido realizado de forma consciente e baseado em informações sobre a inclusão social-educacional em todo ensino regular do município de Icó.

O estudo nos mostrou que todo processo de aprendizagem e adaptação dos alunos portadores de Autismo depende de todo um trabalho mais complexo que envolve desde uma estrutura de ambiente escolar, até métodos de ensino condizentes a esses alunos específicos, além de toda uma estrutura de acolhimento que fara diferença nesse trabalho. Nesse contexto, a interação dos pais com os profissionais da educação é fator de suma importância para o sucesso desse trabalho com as crianças, estimulando, incentivando e gerando a autonomia e o crescimento dos alunos portadores de TEA num ambiente de inclusão no ensino regular.

Compreendemos que um dos fatores que obstaculizam os avanços do desenvolvimento dos alunos portadores de TEA consiste no grande número de alunos por sala e a falta de adequação do ambiente para receber esses alunos, algo que pode ser corrigido gradativamente, outro agravante é a discriminação que ocorre por falta de aceitação de alguns alunos em relação a esses novos colegas que possuem suas limitações.

Pode-se concluir que ainda são muitos desafios a serem vivenciados, pois os processos de inclusão total ainda tem um grande caminho a ser trilhado O trabalho de políticas públicas direcionados ao ambiente escolar está em um processo contínuo de mobilização conjunta, no intuito de tomar os alunos integrantes de uma comunidade escolar

sem discriminações, de modo a concretizarmos a realidade de oferecer a essas crianças um espaço de vivência escolar que garanta segurança, acolhimento e desenvolvimento contínuo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Alexandre Gonzaga et al. **Musicoterapia Como Estratégia de Intervenção Psicológica com Crianças: Uma Revisão da Literatura.** Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 10, n. 2, p. 228-238, 2017.

ANJOS, Clarissa Cotrim et al. **Percepção dos Cuidadores de Crianças com Transtorno do Espectro Autista sobre a Atuação da Fisioterapia.** Revista Portal: Saúde e Sociedade, v. 2, n.3, p. 517-532, 2017.

ANJOS, Clarissa Cotrim et al. **Perfil Psicomotor de Crianças com Transtorno do Espectro Autista em Maceió/AL.** Revista Portal: Saúde e Sociedade, v. 2, n. 2, p. 395-410, 2017.

BRASIL. (1988). **Constituição Federal de 1988. Da educação especial. Recuperado.**

Disponível em:

[dehttp://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 de junho de 2022.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Benitez, P.; Domeniconi, C. (2015). **Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. Psicologia: Ciência e Profissão**, 35(4), 1007-1023. Disponível em:

<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000652014>» <https://doi.org/10.1590/1982-3703000652014>. Acesso em 05 de junho de 2022.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017

KLIN, A. **Autismo e síndrome de asperger: uma visão geral.** Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002. Acesso em: 6 nov. 2021.

Nozu, W. C. S., Bruno, M. M. G.; Cabral, L. S. A. (2018). **Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados.** *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 105-113. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018056>» <https://doi.org/10.1590/2175-35392018056>. Acesso em 15 de maio de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.